

INSTRUÇÕES

Nesta prova, você vai planejar e redigir um texto argumentativo, em duas etapas obrigatórias:

Etapa 1: preencher o esquema de “Planejamento do Texto”, na página 2 do Caderno de Respostas, preparando a redação.

Etapa 2: escrever o texto argumentativo, na página 3 do Caderno de Respostas, respeitando o “Planejamento do Texto”.

PROPOSTA DE REDAÇÃO

As privatizações brasileiras têm sido alvo de controvérsias, que discutem a seguinte **afirmação-base**:

"A privatização de empresas públicas brasileiras tem-se mostrado fundamental para o processo de modernização do país".

Sua tarefa é redigir um texto argumentativo, capaz de sustentar sua opinião acerca dessa afirmação-base, de modo a comprová-la ou invalidá-la, integral ou parcialmente. Para ter mais informações a respeito desse tema, você vai dispor de uma “Coletânea de Textos”, apresentada a seguir. Leia-a com atenção, pois você precisará usar, nas duas etapas da prova, pelo menos 3 desses textos.

COLETÂNEA DE TEXTOS

TEXTO 1

O Brasil necessita de expansão de suas infra-estruturas de telecomunicações, energia elétrica, distribuição de gás, de energia, transportes, mineração. Quem analisa o assunto de forma desapaixonada, serena e pragmática sabe que o setor público não tem condições de realizar a expansão que o país exige. Desde 1995, deixamos claro que era preciso retirar da Constituição as restrições que impediam a participação do setor privado - nacional ou estrangeiro - nessa expansão. As razões pelas quais a privatização é justificável também não são de natureza político-ideológica. [Elas] são três: [a razão da] eficiência - na média, uma empresa é gerida de forma mais eficiente sob controle privado do que sob o controle público; [a razão] fiscal - não há necessidade de aporte de capital do Tesouro para manter a empresa pública e competitiva, investindo em tecnologia; e [a razão] social - ao deixarmos ao setor privado coisa que o setor privado é perfeitamente capaz de fazer, permitimos que recursos públicos e fiscais provenientes de impostos e endividamento público possam ser canalizados para onde importa, que é o investimento social: educação básica, saúde e segurança. E não na produção de aço, distribuição de energia elétrica e outras atividades que o setor privado faz melhor que o setor público.

(Adaptado da entrevista do Ministro Pedro Malan à Radiobrás, por ocasião dos 4 anos do Plano Real.
In: <http://www.radiobras.gov.br/planoreal/1998/real4.htm>)

TEXTO 2

O presidente Fernando Henrique Cardoso já definiu como prioridade do programa de privatização, em seu eventual segundo mandato, a venda das empresas de saneamento e esgoto. "A dúvida é a seguinte: deixa morrer criança ou pede para vir capital privado para ajudar a combater o esgoto a céu aberto?", afirmou FH em entrevista a uma emissora de rádio. O problema, segundo o presidente, é que os governos estaduais, que detêm o controle das empresas de saneamento nas principais capitais, estão sem recursos para investimentos, o que poderia ser resolvido com a entrada de capital privado. Um levantamento feito pela Secretaria de Políticas Urbanas do Ministério do Planejamento (Sepurb) conclui que, para que o governo pudesse estender a toda a população o atendimento de água e esgoto (inclusive tratamento), seriam necessários investimentos de R\$42 bilhões em 15 anos.

TEXTO 3

O Governo privilegia as privatizações como suposto mecanismo de financiamento das contas internas e externas, deixando de lado tanto a melhoria dos serviços e a redução dos custos para o consumidor quanto o problema maior do emprego e da eficiência dos sistemas de serviços de utilidade pública. O total das privatizações no triênio [95/97] inclui US\$7,8 bilhões relativos à desestatização de empresas abrangidas pelo Programa Nacional de Desestatização (PND), US\$14,4 bilhões produzidos por privatizações estaduais e US\$ 5 bilhões procedentes da concessão da Banda B de telefonia móvel. No entanto, estes resultados não produziram qualquer efeito positivo sobre a dívida pública (interna e externa), [pois que] em três anos foram gastos, em termos reais, R\$95 bilhões [somente] com juros. A pretexto de aumentar a produtividade, mas na verdade para diminuir os custos correntes e ampliar a margem de lucro, as empresas privatizadas iniciaram a sua gestão com o corte, sem critério, do pessoal qualificado que cuidava da operação dos sistemas. Além do fato em si da geração de desemprego - paradoxalmente financiada por um banco público de desenvolvimento e, pelo menos em parte, por fundos destinados ao amparo dos trabalhadores - as demissões indiscriminadas, juntamente com a falta de uma transição adequada dos antigos padrões tecnológicos para os mais modernos, são apontadas (...) como algumas das causas principais da piora dos serviços prestados por estas empresas.

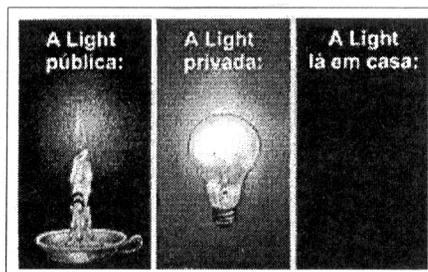
(TAVARES, Maria da Conceição. Extraído da homepage da Deputada. In: <http://www.abordo.com.br/mctavares/>)

TEXTO 4

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, presidida pelo recém-eleito deputado estadual Paulo Pinheiro (PPS), defende a municipalização dos hospitais que foram terceirizados e quer que o próximo governo [do Rio de Janeiro] faça uma auditoria para apurar as irregularidades que vêm acontecendo no Hospital Getúlio Vargas e em outras instituições. (...) A Comissão de Saúde passou para a comissão de transição do Governo o relatório final da CPI da Câmara, que mostrou 17 irregularidades no processo de licitação. Entre elas estão as altas precoces, a situação predial de hospitais cujas obras não foram feitas (no Getúlio Vargas, por exemplo, só 40% do edifício estão em funcionamento) e a suspensão de serviços caros, como cirurgia vascular.

(Adaptado de *O Dia*, 09/11/98)

TEXTO 5



(JAGUAR. In: <http://www.uol/odia>)

TEXTO 6

Se nem a fidelidade aos princípios jurídicos nem o crescimento da riqueza bastam para preservar a democracia e adaptá-la ao mundo moderno, é indispensável reconhecermos a necessidade de aditar a esses dois fatores um terceiro: a reforma social. (...) Só através dela alcançaremos uma forma de convivência política verdadeiramente isenta de opressão. (...) Mas nenhuma reforma (...) poderá ser implantada hoje em nosso País se não conseguirmos enfrentar o problema da desorganização crescente, que avassala nossas atividades econômicas e sociais. O que há de excepcionalmente grave no processo contínuo dessa desorganização é que, de um lado, ele está atingindo a empresa privada, inibindo o espírito empresarial e desencorajando o investimento particular, e, de outro lado, está comprometendo a empresa pública, tornando-a economicamente inviável e gerando contradições inaceitáveis entre as suas possibilidades de sucesso e as reivindicações de seu corpo de empregados. Um país, onde se desencoraja a empresa privada ao mesmo tempo em que se deteriora a empresa pública, nem se está preparando para uma expansão capitalista, nem para uma socialização, mas está simplesmente deixando-se ir ao impulso de uma corrente descendente, que pode ancorá-lo numa estagnação a longo prazo ou precipitá-lo na desordem social.

(DANTAS, Francisco C. de San Tiago. *Idéias e Rumos para a Revolução Brasileira*. Por ocasião do recebimento do título de Homem de Visão - 1963. In: <http://www.sae.gov.br/cee/ideias.htm>)